



DOSSIÊ: DESIGUALDADE EDUCACIONAL EM DEBATE

Permanência em disputa: desigualdades e convivialidade desigual no ensino superior da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro

Disputed Belonging: Inequalities and Unequal Conviviality in Higher Education in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro

Elis de Aquino¹

orcid.org/0000-0003-3032-6055

elisdeaquino@gmail.com

Recebido em: 30 maio 2025.

Aprovado em: 20 ago. 2025.

Publicado em: 10 mar. 2026.

Resumo: Neste artigo, analiso como as desigualdades são de recursos, vitais e existenciais atravessam a permanência universitária de estudantes da Baixada Fluminense, mesmo após avanços no acesso proporcionados por políticas públicas de expansão do ensino superior. Com base em uma pesquisa qualitativa situada, centrada em entrevistas em profundidade, proponho o conceito de *convivialidade desigual* para examinar formas de convivência marcadas por códigos tácitos de pertencimento, estigmas territoriais e normas implícitas que regulam quem é legitimado no espaço universitário. Ao destacar táticas cotidianas de contenção, reorganização afetiva e territorial, e reinvenção pedagógica, argumento que a permanência deve ser compreendida como processo relacional, atravessado por disputas classificatórias e barreiras materiais e simbólicas persistentes.

Palavras-chave: Desigualdades. Convivialidade desigual. Permanência universitária. Estigma territorial. Táticas cotidianas.

Abstract: This article examines how existential and vital resource inequalities shape the university trajectories of students from the Baixada Fluminense region, even after the access gains promoted by public policies aimed at expanding higher education. Drawing on a situated qualitative study based on in-depth interviews, I propose the concept of *unequal conviviality* to analyze forms of campus interaction shaped by tacit codes of belonging, territorial stigmas, and implicit norms that determine who is recognized as legitimate within the university space. By highlighting everyday tactics of containment, affective and territorial reorganization, and pedagogical reinvention, I argue that university retention and support must be understood as a relational process, marked by classificatory disputes and persistent material and symbolic barriers.

Keywords: Inequalities. Unequal conviviality. university retention and support. Territorial stigma. Everyday tactics.

Introdução²

No contexto da redemocratização, o ensino superior brasileiro entrou em processo de expansão a partir da década de 1990, intensificado nos anos 2000 por políticas como o Reuni, o ProUni e a Lei de Cotas³. Essas medidas ampliaram o ingresso de estudantes historicamente marginalizados, jovens negros, periféricos e de baixa renda (Senkevics 2021). Em



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Freie Universität Berlin, Berlin, Alemanha.

² O presente artigo integra uma investigação mais ampla desenvolvida no âmbito de minha tese de doutorado, com defesa prevista para 2026. O conceito de convivialidade desigual é aqui mobilizado como ferramenta analítica em processo de elaboração, cujo aprofundamento teórico e sistematização conceitual serão apresentados de forma mais abrangente no trabalho completo.

³ Respectivamente "Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais" e "Programa Universidade pra todos".

2018, estudantes negros tornaram-se maioria nas universidades públicas pela primeira vez, segundo o IBGE³. Esse avanço, contudo, convive com desigualdades persistentes, expressas em limitações no acesso a apoios institucionais, formas de deslegitimação simbólica e impactos sobre o bem-estar estudantil (Picanço 2015; Santos 2009; Zago 2006). A partir de 2015, crises econômicas e políticas, agravadas pelo teto de gastos de 2016, reduziram a cobertura de políticas públicas. Sob o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo político, esse contexto acentuou a fragilidade das condições de permanência (Santos e Lira 2023).

Neste artigo, analiso como estudantes da Baixada Fluminense, território na região metropolitana do Rio de Janeiro marcado por estigmas históricos e desigualdades socioespaciais, vivem, negociam e, em alguns casos, ressignificam essas desigualdades no cotidiano universitário. Compreendo a permanência como experiência situada, atravessada por formas assimétricas de convivência institucional e disputas classificatórias, em instituições públicas e privadas. A pergunta que orienta minha investigação é: como essas desigualdades estruturam, no dia a dia, as condições de permanência e as táticas acionadas por estudantes desse território?

O referencial teórico articula três eixos principais: (1) a interseccionalidade (Crenshaw 1991, que permite compreender como marcadores tais quais raça, classe, gênero e território se entrelaçam na produção de desigualdades; (2) a noção de *permanência simbólica* (Santos 2009), em diálogo com a norma somática (Puwar 2004), que evidencia os critérios implícitos de pertencimento e legitimação no espaço acadêmico; (3) a tipologia de desigualdades de Therborn (2013), que distingue dimensões materiais, existenciais e vitais. A partir dessa combinação, proponho o conceito de *convivialidade desigual*, que integra essas perspectivas para analisar como desigual-

dades entrelaçadas se manifestam nas interações cotidianas do ensino superior, produzindo barreiras classificatórias e disputas por legitimidade⁴.

O artigo está organizado em três partes. Após esta introdução, apresento a metodologia, detalhando a abordagem qualitativa e o trabalho de campo. Em seguida, desenvolvo a análise empírica, estruturada segundo a tipologia de Therborn e ilustrada por casos que evidenciam desigualdades de recursos, existenciais e vitais. Por fim, retomo a discussão sobre convivialidade desigual para sintetizar os achados e refletir sobre seus desdobramentos para o debate acerca da permanência universitária no Brasil.

Materiais e métodos

Na pesquisa, adoto uma abordagem qualitativa, situada e relacional, inspirada nas epistemologias feministas e críticas (Collins 2016) e na lógica *case-based* (Small 2009), priorizando a densidade narrativa e o diálogo com a teoria. O trabalho de campo ocorreu entre novembro de 2019 e março de 2020, com retorno parcial em dezembro de 2021, combinando entrevistas em profundidade e observação participante em eventos culturais e educativos da Baixada Fluminense.

A seleção dos interlocutores partiu do interesse em captar trajetórias diversas, considerando marcadores como gênero, raça, tipo de instituição de ensino, área de formação e tempo de ingresso na universidade⁵. Os participantes tinham entre 18 e 30 anos e cursavam, em sua maioria, carreiras nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, tanto em universidades públicas quanto privadas. O número final de entrevistas foi definido com base no critério de saturação teórica, quando os relatos passaram a apresentar padrões recorrentes, mas também foi afetado por fatores contingentes, como o início da pandemia de Covid-19, que interrompeu de forma inesperada minha presença em campo

³ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 29 set. 2025.

⁴ A abordagem da convivialidade adotada neste artigo é inspirada nas discussões de Costa (2025), mas sistematiza o conceito para examinar as dinâmicas do ensino superior, considerando como hierarquias sociais se expressam no cotidiano universitário.

⁵ Minha própria origem na Baixada Fluminense atravessou a construção do campo, facilitando o acesso, mas exigindo reflexividade diante de proximidades assimétricas. A escuta foi compreendida como prática situada, afetada pelas minhas posições sociais como mulher cis, de pele clara, de origem popular e periférica, graduada em universidade pública e doutoranda no exterior.

e dificultou a continuidade das aproximações com novos participantes naquele contexto de distanciamento. As entrevistas seguiram um formato semiestruturado, com roteiro flexível e blocos temáticos voltados à trajetória familiar e escolar, experiência universitária, percepção sobre desigualdades e projetos de futuro.

Os encontros ocorreram em ambientes diversos, como casas de familiares, bibliotecas públicas, *shoppings* ou lanchonetes, e foram marcados por uma escuta atenta e comprometida, buscando construir um espaço de confiança e abertura para que os estudantes compartilhassem suas vivências. Os interlocutores foram informados sobre os objetivos da pesquisa e sobre o uso acadêmico do material. As entrevistas foram gravadas com o consentimento verbal dos participantes, em um acordo baseado na confiança e no respeito mútuo. Ao longo da pesquisa, procurei adotar uma postura ética sustentada por valores de reciprocidade, devolutiva e reconhecimento da agência dos interlocutores, entendendo-os não como fontes de dados, mas como coautores de saberes e sentidos sobre a experiência universitária. No artigo, todos os nomes mencionados são pseudônimos.

Permanência universitária e desigualdades: fundamentos analíticos da abordagem empírica

As desigualdades no ensino superior brasileiro não se restringem a indicadores de acesso ou evasão. Elas atravessam o cotidiano e se expressam em privações materiais, exclusões simbólicas e restrições ao bem-estar, dinâmicas que se atualizam nas práticas institucionais e nas interações entre sujeitos com histórias sociais desiguais. Nesta seção, parto desse entendimento para aplicar o quadro teórico apresentado — interseccionalidade, permanência simbólica e tipologia de Therborn — à análise das narrativas e observações de campo com estudantes da Baixada Fluminense, estruturando a discussão nas três dimensões propostas por Therborn e nas táticas cotidianas mobilizadas para permanecer na universidade.

Desigualdades de recursos: materialidades da exclusão

Embora políticas como o Reuni, o ProUni e a Lei de Cotas tenham ampliado o acesso formal às universidades públicas e privadas (Carvalhoes et al. 2021; Senkevics 2021), a permanência segue condicionada por desigualdades materiais persistentes. Essas se expressam em ausências concretas — moradia, alimentação, transporte e bolsas — que a expansão do sistema não conseguiu suprir e que se agravaram com cortes e bloqueios orçamentários recentes, reduzindo a cobertura das políticas de assistência estudantil e afetando especialmente estudantes em maior vulnerabilidade (Rêgo e Benevides 2019; Santos e Lira 2023).

Essas ausências concretas se traduzem no cotidiano universitário em escolhas e renúncias que afetam de forma desigual estudantes de diferentes origens sociais. As experiências de Gabriela e Renata ilustram como a desigualdade de recursos impacta a permanência universitária sob condições distintas. Gabriela, jovem negra e estudante cotista de Serviço Social na UFRJ, enfrenta instabilidade financeira após o fim da bolsa de assistência (BAP), sem apoio familiar direto. "São 400 reais de passagem por mês e eu não tenho dinheiro pra isso", relata. Trabalhar fora não é uma opção viável: "Se eu arrumar um emprego, não vou conseguir dar conta da faculdade". A busca por uma vaga de monitoria expressa tanto uma necessidade econômica quanto a pressão por desempenho: "Tenho que conseguir alguma coisa [para inserir no] meu currículo Lattes [...] que tá vazio, mas também por causa do dinheiro".

Gabriela precisa escolher entre pagar a passagem ou almoçar no restaurante universitário, mesmo com o preço subsidiado de R\$ 2,00. Para economizar, leva marmita e, na hora de esquentá-la, prefere usar "na cara de pau" a cozinha do prédio da Psicologia, apesar da recepção hostil de alguns estudantes, dar a volta no *campus* até as cozinhas de outros cursos. Para ela, circular nesses espaços "com a marmita na mão" até poderia ser "engraçado"; contudo, analiso que

esse gesto, em um *campus* percebido como majoritariamente branco e elitizado, a exporia a olhares que reforçam fronteiras sociais. Como observa Portes (2021), estudantes pobres vivem sob um orçamento instável que exige "sistemas de contenção" e, mesmo com bolsas ou restaurantes universitários, enfrentam ajuda insuficiente ou direcionada a outras prioridades, como apoiar a família. Nesse quadro, práticas cotidianas de economia — como a marmitta de Gabriela — carregam distinção e produzem o constrangimento que, segundo o autor, se acumula e alimenta o pessimismo de quem enfrenta dificuldades econômicas e acadêmicas para permanecer na universidade.

Essa restrição econômica limita a circulação de Gabriela pelo *campus*, reduzindo suas oportunidades de interação com colegas de origens sociais distintas e mantendo-a próxima de estudantes que compartilham condições econômicas e territoriais semelhantes. Essa configuração de vínculos e ocupação de espaços ecoa as observações de Cicalo (2012) sobre a UERJ, de que estudantes cotistas e de origem popular se agrupam não apenas por afinidade, mas como resposta a desigualdades educacionais, raciais, territoriais e simbólicas. Nesse sentido, a experiência de Gabriela ilustra que a presença física na universidade não garante a permanência simbólica (Santos 2009), pois barreiras econômicas e estigmas ligados à raça e à origem territorial restringem sua circulação e integração plena na vida acadêmica.

No setor privado, a precarização assume outras formas, como mostra o caso de Renata, jovem negra, estudante de Comunicação em uma faculdade da Baixada. Oriunda de uma família de classe trabalhadora, ela não é beneficiária do ProUni nem do FIES — não por não se enquadrar nos critérios, mas por não ter recebido, ao concluir o ensino médio, informações claras sobre como acessar esses programas. "Eu só fui saber do ProUni quando já estava na faculdade", relata, associando essa lacuna à ausência de orientação na escola e no pré-vestibular. Sem esses apoios, depende do esforço conjunto da

família para pagar mensalidades que aumentam a cada semestre. Ao descobrir que uma disciplina obrigatória não seria oferecida pela instituição, foi informada de que deveria "pagar um curso por fora". A sensação de abandono institucional, somada à pressão constante sobre o orçamento familiar, transforma a formação em um campo de ansiedade permanente.

A ausência de políticas estruturadas de permanência agrava sua situação: no ensino privado, a assistência estudantil é fragmentada e, quando existe, concentra-se nos bolsistas do ProUni — grupo do qual Renata não faz parte. Mesmo entre esses, 95% não recebem apoio social e, no segmento com fins lucrativos — predominante no setor —, apenas 0,4% têm acesso a algum tipo de auxílio (Pires et al. 2023). Dimensões críticas como moradia, transporte e alimentação raramente são contempladas, deixando a responsabilidade quase inteiramente nas mãos dos estudantes, que precisam adotar estratégias informais para sustentar sua trajetória acadêmica.

As trajetórias de Gabriela e Renata, situadas em regimes distintos, convergem no mesmo efeito da expansão do ensino superior sob a lógica neoliberal: o acesso se amplia, mas as condições de permanência seguem frágeis e seletivas. No setor público, como no caso de Gabriela, políticas de inclusão coexistem com o esvaziamento orçamentário que fragilizou apoios essenciais e intensificou a disputa por bolsas. No setor privado, como no caso de Renata, a mercantilização subordina a formação à rentabilidade, trata o estudante como cliente e transfere a ele a responsabilidade de suprir lacunas acadêmicas e financeiras. Em ambos os casos, a combinação entre retração de políticas e externalização de custos redefine o direito à educação como oportunidade condicional, naturalizando a precariedade como parte da experiência universitária.

Desigualdades existenciais: fronteiras simbólicas e pertencimento negado

As desigualdades existenciais operam na camada simbólica do cotidiano universitário, afetando o pertencimento, o reconhecimento e

a legitimidade social dos estudantes nos espaços acadêmicos. Elas se manifestam em gestos, olhares, suposições e práticas institucionais que reiteram a norma de quem “deve” ocupar a universidade e quem é visto como um corpo marcado como não pertencente. Os relatos de Juliana e Gabriela revelam que, mesmo em cursos que contam com políticas de inclusão e maior presença de estudantes negros e de origem popular, os espaços universitários continuam estruturados por códigos tácitos que classificam, silenciam e desautorizam determinados sujeitos.

A experiência de Juliana, estudante negra de Serviço Social da UFRJ e moradora de Duque de Caxias, evidencia como a exclusão simbólica opera mesmo sobre trajetórias que não se encaixam nos estereótipos da vulnerabilidade. Formada em escolas particulares e sem ter ingressado por cotas, Juliana relata que sua presença era frequentemente interpelada por suposições racializadas: “[...] as pessoas já chegavam supondo que eu entrei por cotas”. A associação automática entre identidade negra e política de cotas, acompanhada de um juízo depreciativo sobre sua capacidade, revela o funcionamento da norma somática (Puwar 2004): certos corpos são percebidos como “fora de lugar” na universidade, exigindo provas contínuas de legitimidade.

Esse estranhamento também se manifesta em episódios mais sutis. Em uma disciplina eletiva, Juliana foi confundida com outra estudante negra, considerada ‘grosseira’, e diz ter sido tratada com frieza por colegas. O erro de identificação, sustentado unicamente pela racialização, reforça a ideia de que “todos os corpos negros são iguais”, desautorizando sua individualidade. Como mostra Santos (2009), a permanência simbólica exige mais do que estar presente: implica ser reconhecida como alguém que pertence, e não apenas tolerada.

A sobreposição entre raça e território também marca sua trajetória. Ao mencionar que era de Caxias, Juliana relata ter notado um claro distanciamento por parte de um colega de Ipanema, que até então se mostrava receptivo. O desconforto do interlocutor revela a força do estigma

territorial (Wacquant 2017) que incide sobre moradores da Baixada Fluminense, frequentemente representada como oposta simbólica da Zona Sul carioca — espaço da branquitude, da sofisticação e da legitimidade urbana. Nesse cenário, a desigualdade existencial se atualiza na forma de desconfiança, homogeneização e estranhamento cotidiano. Mesmo sem romper abertamente com esses códigos velados de pertencimento, estudantes periféricos e racializados são levados a negociar sua presença, muitas vezes ajustando seu comportamento, fala ou círculo social para minimizar o desconforto — um trabalho constante de adaptação diante das expectativas normativas do espaço universitário.

A trajetória de Gabriela, que conhecemos anteriormente, reforça essa dimensão de deslocamento simbólico, atravessada por interpelações que misturam surpresa, julgamento e condescendência. Em suas palavras: “[...] a galera que faz curso na PV, a galera é rica, é rica e branca; você chega lá, você vê que você tá em outro mundo”. Ao mencionar que é de Duque de Caxias, Gabriela relata olhares de pena e suposições depreciativas — como a de que seria “barraqueira” ou de que deveria estar enfrentando grandes dificuldades para frequentar a universidade. Essas reações, mesmo quando não hostis, revelam a operação do estigma territorial (Wacquant 2017), que associa determinados corpos e origens a comportamentos indesejáveis ou à falta de capital cultural legítimo. Embora não relate confrontos abertos, Gabriela descreve um ambiente em que precisa administrar continuamente esses julgamentos, filtrando relações e buscando refúgio em vínculos com estudantes que, como ela diz, “também passaram por coisas parecidas”. Nesse cenário, a desigualdade existencial se manifesta como desgaste cotidiano — não apenas no que é dito, mas nos olhares, nas sugestões não verbalizadas e na necessidade constante de se adaptar a um espaço que, embora formalmente acessível, não foi desenhado para acolher plenamente sujeitos como ela.

Esses relatos revelam que a permanência simbólica (Santos 2009) exige dos estudantes

um constante trabalho de legitimação e ajuste: controlar o tom de voz, evitar conflito, adaptar gestos, esconder marcas da origem. Os estudantes não apenas frequentam a universidade: eles precisam provar, continuamente, que merecem estar ali. A convivência universitária, longe de neutra, constitui-se como campo de classificação social, em que se negociam legitimidades e se demarcam fronteiras sutis, mas potentes.

A desigualdade existencial articula-se às dimensões de recursos e bem-estar ao moldar o pertencimento no cotidiano universitário. Os relatos mostram que estudantes negros e periféricos seguem sendo interpelados por olhares, suposições e gestos que reiteram sua condição de deslocados. Essas dinâmicas exigem um esforço contínuo de adaptação simbólica e ajuste performativo, não como escolha individual, mas como resposta às normas implícitas que regulam quem pode circular com legitimidade nos espaços universitários. As desigualdades existenciais, portanto, não se limitam a experiências isoladas: elas estruturam formas de convivialidade marcadas por hierarquias classificatórias.

Desigualdades vitais: corpo, tempo e desgaste na experiência universitária

Se as desigualdades de recursos dizem respeito às condições materiais de permanência e as existenciais à legitimidade simbólica dos sujeitos, as desigualdades vitais — conforme a tipologia de Therborn (2013) — se manifestam naquilo que ameaça diretamente o bem-estar, a integridade física e a continuidade da vida em condições dignas. No contexto universitário, elas se revelam nas experiências de exaustão, adoecimento e sobrecarga emocional derivadas da precariedade institucional e da vulnerabilidade social dos estudantes.

A trajetória de Wallace, estudante cotista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ilustra de forma aguda essa dimensão. Durante os primeiros períodos do curso, iniciado em 2017, ele enfrentava deslocamentos diários de até dez horas entre o local de moradia e o *campus* de Seropédica, enquanto trabalhava nos fins de

semana em uma lanchonete. Para economizar com transporte, passou a concentrar disciplinas nos mesmos dias — cursando aulas pela manhã, à tarde e à noite — e utilizava o tempo no ônibus para estudar. Era um ritmo exaustivo.

Como estudante cotista, teve que escolher entre os auxílios institucionais disponíveis, já que o sistema não permitia acumular benefícios. Embora tivesse direito a pleitear moradia e alimentação, não foi contemplado com nenhum deles nos dois primeiros anos. “Eu ganhava tipo assim... o suficiente pra passagem e pra poder comprar um material ou outro, comer no bandejão. E eu não consegui também o bandejão. Eu demorei dois anos pra conseguir o alojamento”. Após um ano de sobrecarga, conseguiu uma vaga informal, que ele chama de “acochambrado”, dividindo um espaço com outro colega, uma solução fora da institucionalidade, mas comum diante da escassez.

Essa experiência individual revela um padrão mais amplo: a desigualdade vital se inscreve no corpo e no tempo, na forma de desgaste subjetivo e sensação de abandono institucional. Quando a estrutura de assistência limita o acúmulo de auxílios e não cobre as demandas reais, reforça vulnerabilidades já apontadas em pesquisas sobre permanência no ensino superior (Rêgo e Benevides 2019; Santos 2009; Zago 2006). Dados do Fonaprace (2019) mostram que apenas 7% dos estudantes das universidades federais têm acesso à moradia estudantil, evidenciando a baixa cobertura de equipamentos essenciais. Além disso, estudos indicam que a política de assistência tem priorizado a monetarização das necessidades — deslocando para o estudante a responsabilidade de suprir demandas básicas —, enquanto o subfinanciamento crônico do PNAES compromete seu alcance e tende a torná-lo cada vez mais focalizado e restritivo (Santos e Lira 2023).

A trajetória de Wallace evidencia como a falta de acesso à moradia e à alimentação institucional compromete diretamente a permanência universitária. Longe de ser um episódio pontual, esse tipo de vulnerabilidade reflete um quadro

mais amplo de insegurança alimentar enfrentado por estudantes de baixa renda no Brasil. Pesquisa conduzida por Daniela Canella, professora da UERJ, revela que 36% dos ingressantes em 2022 vivenciaram algum grau de insegurança alimentar — número que sobe para 53,2% entre cotistas, contra 28% entre não cotistas (Nakamura 2024). O levantamento, realizado com cerca de mil estudantes, demonstra o papel central dos restaurantes universitários na garantia do direito à alimentação. Como aponta a autora, a alimentação inadequada compromete a saúde, a atenção, a disposição e o desempenho acadêmico dos estudantes, afetando de forma mais intensa aqueles oriundos de contextos socialmente vulneráveis.

As desigualdades vitais se manifestam no cansaço crônico, na pressão por desempenho e na insegurança cotidiana. Quando estudar exige abrir mão da saúde, do tempo e do descanso, a permanência se transforma em esforço de sobrevivência — não em direito plenamente garantido. A etnografia de Cicalo (2012) com cotistas da UERJ mostra que, em certos contextos, o desgaste não resulta apenas da escassez de recursos, mas também da necessidade de demonstrar mérito acadêmico, levando estudantes a intensificar seu ritmo de estudo e participação para enfrentar estigmas sociais e raciais. Nos relatos desta pesquisa, o excesso de esforço assume outras formas: mais ligado à sobrecarga cotidiana, à pressão financeira ou ao medo de interromper os estudos. Em comum, contudo, está a transformação da permanência em uma experiência marcada por esforço desproporcional, que ultrapassa a garantia de condições materiais e revela lógicas de legitimação desiguais no espaço universitário.

Táticas cotidianas sob estruturas que persistem

Após discutir como as desigualdades de recursos, vitais e existenciais atravessam a permanência universitária, esta seção volta o olhar para as respostas que os estudantes constroem diante

dessas barreiras. Inspirada na noção de *tática* proposta por Michel de Certeau (2002), entendo essas práticas como modos de fazer que não partem de um lugar de poder, mas de sujeitos que precisam improvisar dentro de espaços que não controlam. Ao contrário das estratégias — que pertencem a instituições e grupos dominantes, com capacidade de planejar e organizar seu próprio espaço —, as táticas são manobras que se realizam “sem lugar próprio”, aproveitando momentos de oportunidade para desviar, adaptar ou resistir às normas dominantes. Como define Certeau (2002, 37, tradução própria), uma tática é “uma ação calculada determinada pela ausência de um *locus* adequado”, uma prática que age no tempo, não no espaço, e que opera dentro do território do outro, buscando formas criativas de seguir.

Ao longo do artigo, diferentes soluções cotidianas são acionadas pelos estudantes para lidar com as desigualdades que atravessam sua permanência. Nesta seção, detenho-me à sistematização de três delas: (1) de contenção, que visa minimizar o desgaste simbólico e material; (2) de reorganização afetiva e territorial, que opera na seleção de vínculos e ambientes mais favoráveis à permanência; (3) de reinvenção pedagógica, que reconfigura o processo de aprendizagem a partir de métodos não tradicionais. Elas revelam modos de habitar um espaço que, embora formalmente acessível, permanece seletivo em sua lógica de funcionamento.

Tiago, estudante da FEBF/UERJ⁶, vem de uma família de baixa renda: o pai, aposentado, é pedreiro; a mãe é dona de casa. Desde o início, optou por permanecer no *campus* de Duque de Caxias, recusando a transferência para o *campus* central, movimento comum, segundo ele, entre estudantes que acreditam que o ensino ou a estrutura do *campus* central podem ser melhores. Sua escolha se justifica pela identificação com colegas que compartilham realidades financeiras semelhantes: “As pessoas contam o dinheiro pra comprar o lanche. Eu acho melhor,

⁶ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

eu acho bacana isso". Ao mesmo tempo, critica a centralização administrativa da universidade, que, segundo ele, obriga estudantes da FEBF a irem ao *campus* Maracanã para resolver questões básicas: "[...] a gente nunca pode resolver nada lá". Ao valorizar essa familiaridade e nomear as dificuldades, Tiago ressignifica a limitação de recursos como traço coletivo e proteção simbólica mediante o constrangimento que associa a espaços mais elitizados.

A decisão pode ser vista como uma tática de contenção diante do mal-estar gerado pela exposição cotidiana a contrastes sociais gritantes. Permanecer em um ambiente socialmente mais familiar funciona como forma de proteção diante dos códigos tácitos de distinção que regulam espaços institucionalmente mais prestigiados. Piotto (2021) demonstra que estudantes das camadas populares em universidades de elite frequentemente enfrentam sentimentos de inadequação e solidão, sendo compelidos a ocultar suas condições sociais para se ajustarem às normas implícitas de pertencimento. Nesse sentido, a escolha de Tiago evita esse tipo de exposição, conferindo sentido coletivo à precariedade em vez de vivê-la como marca individual de inadequação.

Essa identificação com o ambiente, no entanto, não impede sua crítica à ausência de escuta por parte do corpo docente. Para Tiago, muitos professores mantêm um discurso progressista dissociado da prática: "Tem professor que tem um discurso muito hipócrita... finge que entende a realidade dos alunos, mas não entende". Sua frustração evidencia que, mesmo em espaços nos quais há menor exposição simbólica, a convivialidade continua sendo estruturada por assimetrias institucionais, reforçando a desigualdade nas relações pedagógicas.

Estudante autodeclarada indígena na UFRRJ⁷, Laura constrói ao longo do curso uma resposta prática à rigidez do modelo acadêmico que enfrenta. Vinda de escolas particulares não elitizadas, acessíveis às camadas populares mas com

lacunas estruturais na formação, ela se depara com uma cultura universitária que, em suas palavras, "cobra" mas não reconhece o esforço necessário para permanecer. Sua crítica recai sobretudo sobre um corpo docente "que não é daqui" — professores vindos de áreas nobres da capital e que, segundo ela, desconhecem os desafios enfrentados por estudantes da região. A ausência de apoio institucional e de conexão entre o curso e o território frustra sua expectativa sobre o que seria uma universidade "mais aberta, mais popular", levando-a a desenvolver formas próprias de seguir.

Sua permanência, portanto, não se apoia na estrutura institucional da universidade, mas se constrói a partir dessas estratégias inventadas à margem do apoio docente. Mais do que um exemplo de superação individual, sua trajetória funciona como alerta: permanecer, nas condições que descreve, exige traduzir regras, suportar silêncios e reorganizar formas de aprender — nem sempre com reconhecimento. Nesse sentido, suas práticas revelam tanto a capacidade criativa de reorganizar o aprendizado quanto os limites de um modelo acadêmico que naturaliza um ideal único de estudante legítimo e, com isso, invisibiliza formas alternativas de saber.

As experiências de Tiago e Laura mostram como estudantes encontram formas de lidar com as lacunas institucionais, elaborando táticas que permitem seguir em meio a condições desiguais. Essas respostas não significam que a responsabilidade pela permanência deva recair sobre eles, mas sim evidenciam como a universidade, ao falhar em garantir acolhimento, desloca parte do peso da inclusão para arranjos individuais. Embora esta pesquisa se concentre em práticas cotidianas, é importante lembrar que os estudantes também se organizam e reivindicam mudanças estruturais, como mostram outras análises sobre mobilização estudantil. Essas mesmas práticas também podem ser lidas como fissuras no modelo acadêmico dominante: ao reorganizar territórios de pertencimento ou reinventar

⁷ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fonaprace. 2019. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Andifes/Fonaprace. <https://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>.

Frankenberg, Ruth. 1993. "Growing Up White: Feminism, Racism and the Social Geography of Childhood." *Feminist Review* 45 (Autumn): 51–84. <https://www.jstor.org/stable/1395347>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2019. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. IBGE.

Nakamura, Pedro. 2024. "Restaurantes universitários combatem a fome e a evasão de estudantes, mas falta política de segurança alimentar no ensino superior." *O Joio e o Trigo*, 12 mar. 2024. <https://ojoioetrigo.com.br/2024/03/restaurantes-universitarios-fome-eva-sao-estudantes/>.

Picanço, Felícia. 2015. "Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30 (88): 145–181. <https://doi.org/10.17666/3088145-179/2015>.

Piotto, Débora Cristina. 2021. "Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social." In *Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. Pedro & João.

Pires, André, Maynara de Oliveira Ribeiro, e Henrique Prinhorato. 2023. "A permanência estudantil em universidades privadas para alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni)." *Revista Educação e Emancipação* 16 (2): 275–301.

Portes, Écio Antônio. 2021. "A vida universitária de estudantes pobres na UFMG: possibilidades e limites." In *Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. Pedro & João.

Puwar, Nirmal. 2004. *Space Invaders: Race, Gender and Bodies Out of Place*. Berg.

Rêgo, Erny C., e Marinina G. Benevides. 2019. "A Assistência Estudantil e a Redução das Desigualdades Sociais no Contexto de Fragilização das Políticas Sociais." *Revista Inter-Ação* 44 (1): 151–163. <https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.55626>.

Santos, Adaires Eliane Dantas, e Terçália Suassuna Vaz Lira. 2023. "Crise, Recrudescimento do Neoliberalismo e Seus Reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)." *O Social em Questão* 26 (55): 261–286.

Santos, Deivison M. Faustino (D. B. R.). 2009. "Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.

Senkevics, Adriano Souza. 2021. "A Expansão Recente do Ensino Superior: Cinco Tendências de 1991 a 2020." *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* 3 (4): 199–246.

Small, Mario Luis. 2009. "How Many Cases Do I Need? On Science and the Logic of Case Selection in Field-Based Research." *Ethnography* 10 (1): 5–38. <https://doi.org/10.1177/1466138108099586>. SAGE Journals.

Therborn, Göran. 2013. *The Killing Fields of Inequality*. Polity Press.

Wacquant, Loïc. 2017. "A Estigmatização Territorial na Idade da Marginalidade Avançada." *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 16. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>.

Zago, Nadir. 2006. "Do Acesso à Permanência no Ensino Superior: Percursos de Estudantes Universitários de Camadas Populares." *Revista Brasileira de Educação* 11 (32): 226–237.

Elis de Aquino

Doutoranda em Sociologia pela Freie Universität Berlin e pesquisadora vinculada ao projeto *International Research Training Group Temporalities of Future in Latin America* (Instituto Latino-Americano da Freie Universität Berlin), financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG). Possui mestrado em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) e bacharelados em Sociologia pela Université Paris 7 e em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seus interesses de pesquisa incluem desigualdades, educação superior, convivialidade, interseccionalidade e estigma territorial. Em sua pesquisa de doutorado, investiga as experiências de permanência e as negociações cotidianas de estudantes oriundos da Baixada Fluminense no ensino superior público e privado.

Endereço para correspondência

ELIS DE AQUINO

Soldiner Strasse 20, 13359

Berlim, Alemanha

Como citar este artigo

de Aquino, E. Permanência em Disputa: Desigualdades e Convivialidade Desigual no Ensino Superior da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. *Conversas & Controvérsias*. <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2026.1.48116>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.